

A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO*

Introdução

Alguns assuntos são fundamentais, ou encontram-se na base da construção teórica das ciências, razão pela qual a sua discussão retorna com frequência. Da forma como são apreendidos dependem diferenças grandes de concepções entre pensadores de correntes distintas e no interior de uma mesma corrente. É assim com o valor na economia e nas ciências sociais. Daí porque Foley (2000, p.2) menciona que “*the labor theory of value parallels the philosophical and theoretical innovations of Galileo and Newton in the physical sciences as the founding idea of a science*”.¹

A discussão no interior de uma mesma corrente, por sua vez, justifica-se pela existência de interpretações diferentes das ideias propostas pelos principais teóricos, ou de análises que valorizam aspectos diferentes das mesmas. Elas ajudam a aprofundar o debate e funcionam como fios condutores na construção da ciência ao longo do tempo.

Assim é que, com o valor e mais particularmente com o valor-trabalho dentro da concepção marxista, temos um debate centenário, a partir do qual se desenham duas grandes interpretações. Descrevê-las, destacar pontos de convergência e de divergência é o objetivo deste artigo. A primeira seção trata dessa grande divi-

* Professora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE) da Universidade de Brasília (UnB).

1 Trad.: “A teoria do valor-trabalho faz um paralelo com as inovações teóricas e filosóficas de Galileu e Newton nas ciências físicas como a ideia fundadora da ciência”. (N. E.)

são e da diferença entre a abordagem do valor como trabalho incorporado, que privilegia o aspecto quantitativo do valor na obra de Marx, e a abordagem do valor que enfatiza seu papel como relação social, ou a forma social do valor. Em seguida, na segunda seção, são detalhadas algumas semelhanças e diferenças no interior da própria abordagem da teoria da forma do valor. Na terceira seção a importância do valor quantitativo, mesmo para essa segunda versão da teoria do valor-trabalho, é analisada. Ao final do artigo são elencadas algumas conclusões.

A teoria marxista do valor-trabalho: trabalho incorporado *versus* relação social

No interior da concepção marxista a maior divisão é entre os que interpretam o valor privilegiando a ideia de trabalho incorporado e os que destacam e enfatizam o caráter de relação social que o valor tem na economia capitalista.

A primeira interpretação da teoria do valor-trabalho, considerada a tradicional, é a que apreende a obra de Marx como completando e corrigindo a de Ricardo, ao desvendar e destacar a exploração e, então, a origem do lucro. Enquanto Ricardo, introduzindo o trabalho indiretamente contido nos meios de produção (capital constante para Marx) relaciona sua propriedade ao recebimento do lucro, sem considerar de onde ele provém, Marx atribui o lucro ao trabalho vivo (trabalho diretamente usado na produção, para Ricardo), destacando a qualidade de mercadoria da força de trabalho, cuja especialidade é gerar um valor superior ao seu próprio, este último determinado, “como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e, por consequência, a sua reprodução” (Marx, 1971, p.11).

Nesse processo, constata o caráter historicamente datado do capitalismo, uma vez que é preciso que a produção de mercadorias esteja generalizada e que a força de trabalho, por isso, se torne mercadoria, tendo, portanto, um valor. Por outro lado, mostra que se trata de mercadoria especial, porque, diferentemente das demais, gera um valor maior do que o seu próprio, a mais-valia.

Como destaca Dobb (1978, p.48), nos economistas clássicos o lucro era considerado uma quantidade meramente residual, “sem explicação própria para sua existência”. Era preciso uma explicação que, a um só tempo, preservasse a equivalência na troca e explicasse o excedente. Isso porque teorizar na base de um lucro proveniente de vendas acima do valor ou de compra abaixo dele implicava uma noção de roubo ou de não equivalência incompatível com um sistema econômico baseado na propriedade privada. Dizia Dobb (1978, p.51), a esse respeito, que “quando muito isso podia explicar os lucros e perdas individuais entre a classe dos capitalistas [...] mas não podia explicar a renda de toda uma classe”.

Interpretando a obra de Marx como complementação e correção da de Ricardo, por desvendar a exploração, a abordagem do trabalho incorporado destaca na sua análise a esfera da produção na qual o processo de exploração ocorre. É na produção, como destaca o próprio Marx (1971, p.183), que o excedente ou

a mais-valia é gerada, uma vez que “a circulação ou a troca de mercadorias não cria nenhum valor”.

Conforme destaca Vroey (1985, p.33), “nessa concepção, a teoria do valor é essencialmente uma teoria da grandeza do valor”, ou da sua substância. Tal como Ricardo buscava o valor para calcular a taxa de lucro e demais variáveis da distribuição – principal problema da economia política para ele –, os teóricos da versão trabalho incorporado da teoria do valor importam-se, em particular, em determinar quantitativamente a mais-valia, ou medir a exploração.

Além disso, como diz Dobb (1978, p.11-12), para ser adequada, uma teoria precisa satisfazer a certas condições que sustentem os corolários de um certo tipo de generalidade. Em economia política, segundo ele, a teoria do valor constituiu-se em “princípio unificador ou sistema de afirmações gerais postos em forma quantitativa”, princípio esse que, segundo ele, habilita uma teoria a “fazer postulados em termos de equilíbrio geral do sistema econômico”. Além disso, afirma que, dada a natureza de seu assunto, “uma teoria econômica deve ser quantitativa na forma” (Dobb, 1978, p.15).

A ideia de valor como relação social ou a percepção qualitativa do valor dividindo o trabalho realizado na sociedade é mencionada por autores da abordagem do trabalho incorporado, como Dobb (1978) e Sweezy (1973), mas a noção de trabalho abstrato é sobretudo a de trabalho geral, de modo que a percepção quantitativa do valor ganha importância relativa. Segundo Sweezy (1973, p.62), por exemplo, “o fato de que uma mercadoria seja um valor significa que é o trabalho materializado abstrato ou, em outras palavras, que absorveu parte da atividade total produtora de riqueza da sociedade”. E ainda diz que

a principal tarefa do valor quantitativo nasce dessa definição do valor como uma grandeza. É nada mais nem menos que a investigação das leis que governam a distribuição da força de trabalho entre as diferentes esferas da produção numa sociedade de produtores de mercadorias. (Sweezy, 1973, p.62)

Observe-se aqui que, mais do que entender o porquê do valor na economia capitalista, há uma preocupação de certa forma próxima a dos clássicos de mensurá-lo, de verificar a compatibilidade entre produção e distribuição. Para Reuten (1993), a metáfora da substância do valor, usada por Marx, levou os autores do valor como trabalho incorporado a privilegiarem ou focarem nas entidades físicas em vez de na forma social do valor no capitalismo.

Nos anos 1970, parte da ênfase dada à análise quantitativa devia-se à necessidade de discutir com os neorricardianos, para quem, dados os problemas relacionados à transformação dos valores em preços, os primeiros deviam ser abandonados, partindo-se dos preços de produção tais como calculados por Sraffa (1985) para discutir, a partir deles, os preços de mercado. Garantir a análise do valor quantitativo significava, naquela ocasião, assegurar a análise da exploração, localizando-a

quantitativamente nos modelos de determinação dos valores e preços. A taxa de exploração, conforme o próprio Sweezy (1985, p.24), “é a variável determinante permitindo a Marx explicar a história do capitalismo”.

Nessa abordagem, questões relativas à circulação de mercadorias, como é o caso da diferença entre valor e valor de troca, do papel do dinheiro na divisão social do trabalho e das críticas de Marx ao capitalismo compreendidas no fetichismo das mercadorias, ficam de fora ou recebem pouca atenção. Por um lado, isso permite ver a circulação simples de mercadorias como uma etapa anterior ao capitalismo, ou a produção de mercadorias podendo ocorrer em vários modos de produção. Daí porque Sweezy (1985, p.25) se refere às “sociedades de produção mercantis em geral e [a]o capitalismo em particular”. Também Meek, conforme Arthur (1997), afirma na introdução à segunda edição do livro *Estudos sobre a teoria do valor trabalho* (Meek, 1973), que o capitalismo é um tipo particular de produção de mercadorias. Por outro lado, esse tipo de argumentação facilita a defesa do socialismo de mercado, uma vez que não apenas é possível pensar a produção de mercadorias fora do capitalismo, como mal se veem as críticas feitas pelo próprio Marx a esse caráter mercantil, como veremos ao final deste artigo.

Autores mais recentes, como Itoh e Lapavitsas (1999, p.262, nota 2), por exemplo, a partir da escola japonesa de Uno, afirmam que “a substância do valor é o trabalho incorporado no curso da produção, mas as formas do valor podem surgir independentemente de ou antes do estabelecimento da substância do valor”.² Nesse tipo de abordagem, a nosso ver, percebe-se mal o caráter historicamente determinado do valor e do dinheiro como formas sociais, preocupando-se mais em explicar a origem do dinheiro ou “*the emergency of monopolisation of exchangeability*”³ (Itoh; Lapavitsas, 1999, p.263, nota 6) do que o papel social que o valor e o dinheiro têm no capitalismo. Daí, também a nosso ver, não apreenderem bem a crítica feita por Marx a esse papel, defendendo o socialismo de mercado.

Muito diferente é a versão do valor na chamada teoria da forma. A ideia de base é a de que Marx, ao tratar do valor, mais do que determiná-lo quantitativamente, como queria Ricardo, ou antes dessa determinação quantitativa, buscava compreender por que o trabalho, no capitalismo, tomava a forma social do valor, ou se apresentava sob a forma de valor. Partindo dos trabalhos de Rubin (1978; 1979),⁴ essa versão destaca o valor e o dinheiro como formas sociais de relacionamento entre os homens que se impõem com o capitalismo, em função de seu caráter produtor de mercadorias. O valor e o dinheiro representam socialmente o trabalho,

2 Mesmo que o valor e o dinheiro possam aparecer antes do capitalismo, seu papel é completamente diferente, e não têm, em nenhum caso, a importância social fundamental que têm no modo capitalista de produção.

3 Trad.: “a emergência da monopolização da conversibilidade”. (N. E.)

4 Knafo (2012) considera que Rubin sofreu grande influência de Hilferding, mais particularmente da sua resposta a Böhm-Bawerk, na construção do seu pensamento sobre o valor trabalho.

validam socialmente o trabalho privado e, dessa forma, inserem socialmente as pessoas no capitalismo. Daí serem relações sociais.

Entender um modo de produção, para Marx, implica em apreender como os homens se organizam para prover sua existência, o que requer observar a organização do processo de trabalho.⁵ No capitalismo, o processo de trabalho relevante é o que produz mercadorias, já que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se uma imensa acumulação de mercadorias e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (Marx, 1971, p.41).

Partindo da mercadoria, Marx destaca uma contradição privado-social ligada ao trabalho: por um lado, os trabalhos são “privados e autônomos, independentes entre si”, ou “trabalhos úteis, executados, independentes uns dos outros como negócio particular de produtores autônomos” (Marx, 1971, p.49). Por outro, reina uma divisão do trabalho que é social. Essa contradição é resolvida, nos termos de Marx, ou movimentada, permitindo que a sociedade evolua apesar dela, em função da existência do valor e do dinheiro como formas sociais de expressão do trabalho e de conversão do trabalho privado em socialmente validado por meio da venda. As mercadorias, para Marx (1971, p.55), “só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra”.

O valor é forma social na medida em que põe em contato os trabalhadores autônomos e valida socialmente seus trabalhos privados. Isso Marx descreve ao estabelecer a gênese do dinheiro. Segundo ele, “a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz a substância comum, o trabalho humano simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes” (1971, p.58). Primeiro, o valor de uso da forma equivalente se torna forma do seu contrário, isto é, do valor. Segundo, “o corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação do trabalho humano abstrato” (1971, p. 66), ou “torna-se [...] expressão do trabalho humano abstrato” (1971, p.67). Terceiro, “torna-se o trabalho privado a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (1971, p.66), transformando, pela venda, trabalho privado em social ou validando trabalho privado socialmente.

A ideia é então que o trabalho do produtor de mercadorias, privado e realizado de forma separada, precisa passar por uma sanção social, pela venda, para ser validado socialmente. Nesse sentido o valor e o dinheiro são representações sociais do trabalho, ou representam trabalho social ou reconhecido como válido socialmente. O dinheiro ganha, assim, a importância de ser o validador social das mercadorias ou dos trabalhos que as produziram. Nesse sentido, diz Lipietz

5 Ver a esse respeito Paula (2010), ao comentar a introdução dos *Grundrisse*.

(1985), que mais que uma medida quantitativa do valor, o dinheiro na conversão das mercadorias nele opera uma transformação qualitativa.

Nesse tipo de visão, tanto a abstração dos trabalhos concretos, quanto a validação social dos trabalhos privados, a transformação de trabalho individual em socialmente necessário e a conversão de trabalhos complexos em múltiplos de trabalhos simples são processos que ocorrem na prática social, por meio da venda, ou seja, pela conversão das mercadorias em valor e em dinheiro, sua forma universal (Valier, 1982).

Observe-se que aqui, mais que produção, a circulação também é importante, as duas se constituindo em duas etapas de um mesmo processo social. Mas a importância da circulação de maneira alguma torna o processo de exploração menos relevante. Ao contrário, valoriza-o analiticamente, qualifica-o melhor, ao mostrar a necessidade da circulação para que a exploração ocorra no capitalismo. Isso porque não é possível pensar o processo de exploração no capitalismo sem que a força de trabalho vire mercadoria, exigindo que o trabalhador venda sua força de trabalho como tal para se inserir socialmente nesse tipo de sociedade, e não há mercadoria nem compra e venda da mesma fora da circulação.

Também não é possível ao capitalista absorver a mais-valia transformando-a em lucro sem comprar a força de trabalho (para o que precisa ter comprado ou comprar também os meios de produção), e é necessário que as mercadorias produzidas pelo trabalhador sejam vendidas para que a mais-valia seja convertida em lucro, realizando-o. Tudo isso só se faz na circulação. Assim, o próprio processo de exploração só pode ser compreendido na articulação entre produção e circulação. Daí porque Marx (1971, p.185) diz que “o valor excedente não pode originar-se na circulação”, mas ao mesmo tempo, “fora dela o possuidor de mercadorias só mantém relações com sua própria mercadoria” (1971, p.186), e “sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias” é impossível que o produtor consiga expandir um valor e manter-se como capitalista.⁶

A importância concedida por essa visão ao valor e ao dinheiro como formas sociais, como fundamentais na realização da divisão social do trabalho, permite ampliar a base da crítica de Marx ao capitalismo: não apenas ele é um sistema de exploração do homem pelo homem com base no lucro, proveniente de trabalho não pago, mas também ele é discutível pela forma “inconsciente” como o trabalho é dividido nesse tipo de sociedade.

A esse respeito, nos *Grundrisse* Marx diz que o dinheiro funciona como “pe-nhor mobiliário da sociedade” (1980, tomo I, p.96). Mas ele só é isso em virtude de sua propriedade social (simbólica); ele só pode possuir uma propriedade social porque os indivíduos “alienaram sua própria relação social, fazendo dela um

6 Assim, não parece que a teoria da forma do valor na tradição de Rubin “subsume capitalist relations of production under simple value relations” [subsuma relações de produção capitalistas sob simples relações de valor – N. E.] (Saad-Filho, 2002, p.27), mas, ao contrário, ela aprofunda suas determinações.

objeto” (1980, tomo I, p.96, grifo nosso). Além disso, para Marx a relação social entre os homens a partir do valor e do dinheiro é uma relação social por meio de coisas. Para ele, “é inepto conceber essa conexão que não é mais que uma conexão entre coisas, como sendo a conexão natural (*em oposição ao ser e ao querer refletidos*) iminentes à natureza da individualidade e indissociável dela” (1980, tomo I, p.98, grifo nosso).

Marx deixa claro também que a relação monetária do mundo das mercadorias como relação “recíproca de indivíduos como poderio acima dos indivíduos, tornada autônoma [...] é o resultado necessário de que o ponto de partida não é o indivíduo social livre” (1980, tomo I, p.135).

A leitura que Postone faz de Marx vai ainda mais longe nessa crítica ao caráter mercantil do capitalismo. Ele chama atenção para o fato de que no capitalismo as pessoas são dominadas “*by abstract, quasi-independent structures of social relations, mediated by commodity-determined labor*”⁷ (1993, p.126). Segundo ele, o trabalho, “*as an activity that mediates people’s relations with one another and with nature, constitutes the fundamental structuring form of social life in capitalism – the commodity*”⁸ (p. 385). Isso é assim só no capitalismo. Em sociedades não capitalistas,

laboring activities are social by virtue of the matrix of overt social relations in which they are embedded [...] various labor gain their social character through these social relations [...] Relations in precapitalist formations can be described as personal, overtly social and qualitatively particular [...] In capitalism, labor itself constitutes a social mediation in lieu of a matrix of relations. (Postone, 1993, p.150-151)⁹

Uma vez apreendida a importância social e a especificidade do trabalho produtor de mercadorias no capitalismo, Postone (1993) analisa criticamente suas consequências. A mediação como forma de comprar outras mercadorias “adquire vida própria” numa forma de sistema objetivo acima e contra os indivíduos, ditando as regras da atividade humana. Daí que a “compulsão” a comprar e vender não seja apenas para sobreviver, mas apareça como dominação abstrata, impessoal.¹⁰

7 Trad.: “por estruturas de relações sociais abstratas, quase independentes, mediadas pelo trabalho determinado pelas mercadorias”. (N. E.)

8 Trad.: “como uma atividade que medeia as relações das pessoas com as outras e com a natureza, constitui a forma estrutural fundamental da vida social no capitalismo – a mercadoria”. (N. E.)

9 Trad.: “Atividades de trabalho são sociais por conta da matriz de relações sociais explícitas em que se inserem [...] diversos trabalhos ganham suas características sociais por meio dessas relações sociais [...] Relações em formações pré-capitalistas podem ser descritas como pessoais, explicitamente sociais e qualitativamente particulares [...] No capitalismo, o trabalho em si constitui uma mediação social, em vez de uma matriz de relações”. (N. E.)

10 Embora concordemos com a análise crítica de Postone com relação ao papel social do trabalho no capitalismo, não concordamos com algumas análises feitas sobre tal papel. Por exemplo, com a ideia, também dele, de que a produção material não seja uma precondição para a vida social.

Diferenças e semelhanças no interior da abordagem da forma do valor

As teorias da forma do valor desenvolveram-se, como já visto, para discutir e analisar o papel do valor (e do dinheiro) como relação social, privilegiando, portanto, o aspecto qualitativo do valor. Essa é a concepção que mais chama atenção para as diferenças entre a visão de Marx e a dos clássicos.

De fato, o próprio Marx, ao destacar o que havia de diferente entre a sua teoria e a de Ricardo e Smith, insistia no fato de eles não terem percebido ou bem apreendido a mercadoria, o seu processo de produção, ou o fato de a produção de mercadorias ser um traço característico do capitalismo, além de prestarem atenção apenas ao aspecto quantitativo do valor. Diz ele a esse respeito:

Uma das falhas principais da economia política clássica é não ter conseguido devassar – partindo da análise da mercadoria e, particularmente, do valor da mercadoria – a forma do valor, a qual o torna valor de troca. Seus mais categorizados representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou consideram-na mesmo alheia à natureza da mercadoria. O motivo não decorre apenas de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção. Há uma razão mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal do modo de produção burguês, que, por meio dela, fica caracterizado como uma espécie particular de produção social, de acordo com sua natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social, escapará necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc. (Marx, 1971, p.90)

A produção de mercadorias é, pois, um momento do capitalismo, momento definido não temporalmente como etapa ou fase do mesmo, mas como uma

A produção material e o processo de trabalho associado a ela são necessários, porque é preciso produzir para garantir a existência humana. Daí, para Marx, a necessidade de ir ao processo de trabalho *per se* para, verificando como se organiza, entender como as sociedades se organizam e inferir sobre suas lógicas internas de evolução. São essas formas de organização, contidas nas relações sociais de produção e nas forças produtivas, que definem os modos de produção diferentes e historicamente datados. Além disso, consideramos que Postone estabelece o papel do trabalho sem, por vezes, enfatizar devidamente a sua necessária transformação em valor e dinheiro no capitalismo, o que de certa forma reduz a análise destes últimos. Embora não seja aqui o lugar para discutir mais aprofundadamente esses aspectos, é útil destacar que, ao iniciar sua interpretação do papel social do trabalho para Marx, Postone insiste na ideia de que *"labor in capitalism is directly social because it acts as a socially mediating activity"* ["o trabalho no capitalismo é diretamente social porque ele atua como uma atividade de mediação social" – N. E.] (1993, p.48); e ainda diz que *"the directly social character of labor constitutes a determinate form of social mediation specific to capitalism"* ["o caráter diretamente social do trabalho constitui uma forma determinada da mediação social específica do capitalismo" – N. E.]. O grifo é nosso para mostrar que, embora as frases possam enfatizar a dimensão social que o trabalho tem no capitalismo, eliminam a especificidade tantas vezes reforçada por Marx da importância do valor e do dinheiro no capitalismo, justamente porque é só por meio deles, pela venda, que se inserem socialmente os homens. Não por acaso, Marx, de forma crítica, diz, referindo-se ao indivíduo no capitalismo, que "seu poder social assim como sua conexão com a sociedade, ele carrega consigo, no seu bolso" (1980, tomo I, p.92).

característica, ou “um elemento isolado e analisado como tal, mas que não tem existência isolada” (Reuten, 1993, p.92). Trata-se de perceber que a primeira característica do capitalismo é o fato de ele ser produtor de mercadorias. A segunda é ser produtor de mais-valia, o que só ocorre quando a força de trabalho se torna mercadoria. Nas palavras do próprio Marx,

o que caracteriza a época capitalista é *adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria* que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, *a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.* (Marx, 1971, p.190, grifo nosso)

O processo de circulação de mercadorias, nessas abordagens, cumpre um papel social de relevância, porque a divisão social do trabalho lá ocorre, pois o valor e o dinheiro que validam trabalhos privados só lá aparecem e exercem seu papel, e por isso, a abstração dos trabalhos privados ocorre não apenas mentalmente, ou idealmente, como trabalho geral, mas na prática social. Tudo isso ocorre na circulação, por meio da conversão da mercadoria em valor e dinheiro.

A conversão da mercadoria em valor e dinheiro, forma universal do valor, converte, conforme já mencionado, não apenas trabalho concreto em abstrato e trabalho privado em social, mas também trabalho individual em socialmente necessário, e trabalhos complexos em múltiplos de trabalhos simples. É o mesmo processo de venda, conversão em valor e dinheiro, que opera essas metamorfoses. Alguns teóricos, porém, chamam atenção para a abstração na prática dos trabalhos concretos (Rubin, 1978), ou sobre o trabalho praticamente abstrato (Murray, 2000), para destacar esse processo; outros falam de validação social dos trabalhos privados (Brunhoff; Bruini, 1974; Brunhoff, 1979; Valier, 1982). Em todos os casos, o processo em que se verificam todas as transformações é o mesmo, qual seja, a conversão da mercadoria em dinheiro pela venda.

Análises com as de Rubin (1978) e Murray (2000) enfatizam o processo de abstração dos trabalhos como prática social no capitalismo para fugir da visão tradicional que interpreta o conceito de trabalho abstrato como mero trabalho em geral, a partir do próprio Marx. De fato, Marx mostra certa ambiguidade ao definir a abstração dos trabalhos como algo ideal e, ao mesmo tempo, social e o trabalho abstrato como trabalho em geral e fato social típico do capitalismo. Define ele, por um lado, o trabalho humano abstrato como “massa pura e simples de trabalho humano em geral, de dispêndio de força de trabalho humana” (Marx, 1971, p.45), “dispêndio de trabalho humano em geral” (1971, p.51). Por outro, chama atenção para o caráter social do trabalho abstrato, ao dizer que “as mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões da mesma substância social, o trabalho humano” (1971, p.55), ou quando diz que a relação de valor entre uma mercadoria e outra “oculta uma relação social” (1971, p.65).

O interesse dos autores da teoria da forma do valor em destacar esse caráter social, esquecido ou diminuído nas versões tradicionais da teoria do valor, levou-os

a destacar o processo social por trás da abstração dos trabalhos. Rubin, para enfatizar esse processo e ampliar, nesse sentido, a ideia de trabalho abstrato para mais que mero trabalho em geral, escapando do sentido fisiológico do mesmo, e para destacar que o caráter social do trabalho só se concretiza na prática das trocas ou no confronto entre mercadorias na circulação, chama de trabalho abstrato universal aquele que se torna abstrato na prática das trocas.

A equalização do trabalho do ponto de vista fisiológico, à qual Marx se referiu como gasto de nervos, músculos e energia e chamou também de trabalho abstrato, existe em qualquer época. Só, porém, no capitalismo é que tal abstração dos trabalhos precisa se fazer como prática social, tornando-se, portanto, analiticamente importante para entender o capitalismo como um modo de produção específico.

Rubin (1978) analisa de forma rigorosa como a equalização social do trabalho se dá nas sociedades regidas pela divisão social do trabalho. Destaca que é sempre necessária a repartição de tarefas e produtos do trabalho segundo um critério socialmente conhecido e reconhecido. Mas só na sociedade capitalista e tendo em vista seu caráter produtor de mercadorias tal socialização dos trabalhos ocorre por meio do valor e do dinheiro nas compras e vendas de mercadorias. Daí porque considera equivocados os que “*understand abstract labour in general to mean socially equated labour independent of the specific social form in which this equation occurs*”¹¹ (Rubin, 1978, p.117), e introduz a denominação de trabalho abstrato universal, como o que “*naturally implies physiological equality and the social equation of labour; but apart from these it also contains the social equation of labour in the quite specific form which it takes in commodity production*”¹² (1978, p.117). Rubin emprega a expressão usada pelo próprio Marx, insistindo que “*it is obvious that Marx is contrasting abstract labour with abstract universal labour. The abstract universal labour embodied in value is the labour which is specifically appropriate to commodity production*”¹³ (1978, p.117).

Já Murray (2000, p.31) chama esse trabalho de “*practically abstract labour*”,¹⁴ com o mesmo objetivo, dizendo que “*correctly understanding Marx’s theory depends upon making this distinction between the concept of abstract labour and that of practically abstract labour*”.¹⁵ Afinal, o trabalho abstrato como trabalho em geral existe em qualquer sociedade, e tem nesse sentido um conteúdo natu-

11 Trad.: “entendem o trabalho abstrato geral como o trabalho socialmente equalizado independente da forma social específica em que essa equalização ocorre”. (N. E.)

12 Trad.: “naturalmente implica igualdade fisiológica e equalização social do trabalho, mas, além disso, ele também contém a equalização social do trabalho na forma bastante específica que ele assume na produção de mercadoria”. (N. E.)

13 Trad.: “é óbvio que Marx está contrastando trabalho abstrato com trabalho abstrato universal. O trabalho abstrato universal incorporado no valor é o trabalho que é especificamente apropriado para a produção de mercadoria”. (N. E.)

14 Trad.: “trabalho praticamente abstrato”. (N. E.)

15 Trad.: “compreender corretamente a teoria de Marx depende de fazer a distinção entre o conceito de trabalho abstrato e o de trabalho praticamente abstrato”. (N. E.)

ralístico, diferente do que Marx usa para expressar algo historicamente datado como o capitalismo: sua característica de só fazer a divisão do trabalho por meio das conversões das mercadorias em valor e dinheiro, o que requer a abstração dos trabalhos nas trocas. Quanto ao caráter social do trabalho, o próprio Marx destaca que quando existe divisão social do trabalho a socialização do trabalho sempre se faz, mas se faz *a priori*, ou seja, antes que o trabalho seja realizado. Só no capitalismo isso se faz *a posteriori*, ou “*pos-festum*” (Marx, 1980, tomo I), o que implica papel social fundamental do valor e do dinheiro.

Essa preocupação em destacar o caráter social do valor e do dinheiro está também em autores como Brunhoff e Bruini (1974), Brunhoff (1979) e Valier (1982) que, no entanto, denominam o processo como o de validação social das mercadorias, ou do trabalho privado nelas contido. A ideia é que o processo de venda, ao converter mercadoria em dinheiro, torna o trabalho privado contido na primeira em trabalho socialmente validado pelo dinheiro, forma universal do valor. Nesse mesmo processo, vimos, ocorre a abstração dos trabalhos concretos, a conversão de trabalhos complexos em múltiplos de trabalhos simples e a transformação de trabalho individual em socialmente necessário, e a conversão dos trabalhos privados em trabalho reconhecido ou validado pela sociedade.

Não há dúvida de que o conceito de trabalho abstrato, também para esses autores, é mais que o de trabalho em geral. Como diz Valier (1982, p.37-38), o trabalho igual, por trás do trabalho abstrato, “é um trabalho socialmente igual e não fisiologicamente igual”. E ainda: “A generalização e a repartição do trabalhos tais como se realizam para o Plano (sociedade conscientemente organizada) ou por meio do mercado (economia mercantil) são fenômenos sociais, não biológicos/naturais” (1982, p.39).

Não há dúvida também de que é o trabalho abstrato o que gera valor e que isso ocorre na prática por meio da conversão de mercadorias em dinheiro. Diz Brunhoff e Bruini, a esse respeito, que se uma mercadoria levou quatro horas para ser fabricada por um produtor, mas o trabalho socialmente necessário, ou seja, nas condições médias de produção dessa mercadoria e atendendo a uma necessidade social, não ultrapassa três horas, vê-se parte do seu trabalho concreto não transformado em abstrato. “A mercadoria que ‘vale’ quatro horas se desvaloriza sob a pressão das condições médias da produção mercantil: ela se apresenta então como fruto de um trabalho abstrato de três horas, a quarta hora permanecendo trabalho concreto” (Brunhoff e Bruini, 1974, p.58). Apesar, portanto, de encarar o processo de abstração de trabalhos concretos como algo que ocorre na prática social de conversão de mercadorias em dinheiro, esses autores denominam a metamorfose mercadoria-dinheiro de processo de validação social dos trabalhos e não de processo de abstração dos trabalhos na prática ou de trabalho praticamente abstrato.

A consideração de Reuten (1993) sobre a importância do valor como forma social fundamental em vista do seu momento mercantil aparece, como destaca Murray (2000, p.34), quando ele explicita que a ideia de trabalho abstrato como

mero trabalho em geral não permite uma teoria do valor verdadeiramente social. Mas ele próprio não dá denominação diferente ao trabalho abstrato.

O uso do termo validação social dos trabalhos privados para descrever o valor e o dinheiro como formas sociais e seu papel de relação social no capitalismo, entendendo assim que a abstração dos trabalhos ocorre na prática das conversões mercadoria-dinheiro, apresenta vantagens sobre as outras formulações. Evita-se o emprego de qualificativos adicionais ao termo trabalho abstrato, como fazem Rubin (1978), com o termo trabalho abstrato universal, e Murray (2000), ao usar a denominação trabalho praticamente abstrato. Evitar o uso do mesmo termo, ainda que qualificando-o, não apenas permite ganhar em clareza,¹⁶ mas em conteúdo, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, a metamorfose da mercadoria em dinheiro também inclui, além das transformações de trabalho concreto em abstrato e trabalho privado em social, as de trabalho individual em socialmente necessário e trabalhos complexos em múltiplos de trabalhos simples. Todas essas transformações parecem caber melhor na denominação validação social das mercadorias ou dos trabalhos nelas contidos. Ao mesmo tempo, o termo validação social destaca o caráter social do processo e, conseqüentemente, o papel social que as formas valor e dinheiro têm no capitalismo.

A questão quantitativa

Até aqui destacamos a prioridade dada ao aspecto quantitativo da abordagem tradicional do trabalho incorporado, de um lado, e a prioridade ao aspecto qualitativo da teoria da forma do valor, de outro. Nesta seção procuraremos mostrar que, do ponto de vista teórico, a questão quantitativa é importante até mesmo para a teoria da forma do valor.

Sem dúvida nenhuma o caráter de relação social da teoria do valor-trabalho é o principal, e sua definição decorre da resposta dada por Marx ao porquê do valor e do seu papel nas economias capitalistas produtoras de mercadorias, ou, como coloca Fine e Saad-Filho (2012, p.196), “*asking the question of under what circumstances does value exist in society itself*”.¹⁷ Isso elimina a possibilidade de, nos termos de Marx, fazer uma leitura ou interpretação do valor meramente instrumental, como é a leitura neorricardiana a partir de Sraffa (Mollo, 1992). Daí porque incluo-me entre aqueles que defendem a teoria da forma do valor (Mollo, 1991; 1993).

Mesmo destacando o caráter de relação social do valor, porém, os próprios teóricos da teoria da forma valorizam a questão do valor quantitativo. Afinal, como destaca Rubin (1978, p.121), o valor precisa ser visto como “*unity of form*

16 O próprio Rubin (1978, p.118), após definir o que chama de trabalho abstrato universal continua a usar o termo trabalho abstrato com o mesmo sentido, ao dizer que “*abstract labor is the designation for that part of the total social labour which was equalised in the process of social division of labour through the equation of the products of labour on the Market*” [“trabalho abstrato é a designação para aquela parte do trabalho social total que foi equalizada no processo de divisão social do trabalho por meio da equalização dos produtos do trabalho no mercado”. – N. E.].

17 Trad.: “perguntando a questão sobre em quais circunstâncias o valor existe na sociedade em si”. (N. E.)

of value, the substance of value and the magnitude of value".¹⁸ O próprio Marx chama atenção para o caráter não arbitrário do valor das mercadorias, ao enunciar a teoria do valor-trabalho, que perderia o sentido caso não se desse conta da questão quantitativa.

Por isso, partidários da vertente do valor como forma social dedicaram-se a buscar progressos no que tange à quantificação do valor, não no sentido ricardiano de determinar variáveis da distribuição e preços relativos, mas, sobretudo, com o intuito de mostrar a relação de base entre valores e preços, ou o papel dos valores na determinação dos preços. Exemplos disso foram os trabalhos de Gouverneur (1975; 1980), de Aglietta (1976), sobre a expressão monetária da hora de trabalho abstrato, de Shaikh (1978), buscando, a partir dos preços, única forma de aparição do valor, um processo iterativo que tornasse claras a origem e a distribuição dos valores gerados no processo produtivo.

A abordagem do "sistema único temporal", mesmo criticando a noção de equilíbrio das soluções do tipo Bortkiewicz, procura retomar a tradição da solução iterativa já mencionada para construir uma transformação sequencial dos valores em preços, recusando o tratamento dos preços e valores como categorias de níveis de abstração diferentes (Freeman, 1995; Freeman; Carchedi, 1996; Borges Neto, 1998). A ideia é então partir dos valores aos preços dentro de um mesmo sistema, introduzindo para isso o tempo. Os valores dos meios de produção e do capital variável são tomados como o dinheiro que os paga, e então já são preços de produção do capital constante e do capital variável, diferentes, portanto, do valor do capital constante e do capital variável, não havendo, assim, o problema da não transformação dos valores do preço de custo (Borges Neto, 1998).

É o caso também da chamada nova interpretação do valor. Nos anos 1980, Duménil (1980; 1983) e Foley (1982), de forma independente, desenvolveram o cálculo da "expressão monetária do tempo de trabalho", a partir de dados macroeconômicos. A partir dessa expressão, ficava explicitada a base de valor contida nos preços, e a transformação dos valores em preços deixava de se apresentar como problema. Como destaca o próprio Foley (2000, p.21), "*the core content of Marx's labor theory of value was that the expenditure of living labor in production adds money value to the inputs to production*".¹⁹ Assim, os autores definem a expressão monetária do tempo de trabalho como "*the ratio of net domestic product at current prices to the living productive labor expended in an economy over a period of time*".²⁰ Ou seja, esse indicador apenas destaca o dinheiro como expressão quantitativa do tempo de trabalho social, permitindo medir algumas variáveis importantes na teoria marxista.

18 Trad.: "unidade da forma do valor, a substância do valor e a magnitude do valor". (N. E.)

19 Trad.: "o conteúdo essencial da teoria do valor-trabalho de Marx era que o gasto com trabalho vivo na produção agrega valor dinheiro aos insumos da produção". (N. E.)

20 Trad.: "a proporção do produto interno líquido a preços correntes para o trabalho produtivo vivo gasto em uma economia em um período de tempo". (N. E.)

Mais que quantificar, Saad-Filho (2002), ao tratar da teoria do valor-trabalho, procura desvendar os processos quantitativos implicados na formação dos valores que só se expressam nos preços. Nesse sentido, destaca os processos de normalização, sincronização e homogeneização do trabalho, que implicam em diferentes graus de abstração e tornam a formação de preços a partir dos valores algo bastante complexo. O processo de normalização é aquele pelo qual passam mercadorias com valores de uso idênticos quando trabalhos individuais realizados pelos trabalhadores são transformados em trabalhos médios. A sincronização dos trabalhos é o processo pelo qual um mesmo valor é atribuído a mercadorias vendidas no mesmo momento, embora tenham sido produzidas em momentos diferentes. A homogeneização dos trabalhos é o processo segundo o qual mercadorias de ramos diferentes e com seus trabalhos normalizados e sincronizados são homogeneizadas convertendo diferentes produtividades, em termos de valor, em quantidades distintas de trabalho abstrato ou tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução. Conforme Saad-Filho, tais processos ocorrem na prática e explicam relações sociais da atividade econômica de forma mais clara, embora ele não tenha a pretensão de quantificar os valores que não podem ser calculados independentemente dos preços.

De fato, como o próprio Marx explicita claramente, a determinação dos valores com seus conteúdos de trabalho e o cálculo dos preços que permitem a divisão social do trabalho só podem ocorrer, no capitalismo, depois que os trabalhos se realizaram, o que torna sem sentido, para ele, calcular valores ou preços proporcionais a trabalho *a priori*. Diz Marx (1980, tomo I, p.109), a esse respeito, que “o caráter social da produção só se coloca *post festum*, pela promoção dos produtos ao nível de valores de troca e pela troca desses valores de troca”.

Diferentemente, por exemplo, de uma economia primitiva, na qual as tarefas e os produtos do trabalho, conforme hábito cultural, são distribuídas segundo um critério já (re)conhecido socialmente, ocorrendo por meio desse critério a divisão social do trabalho,²¹ no capitalismo essa divisão só se dá *a posteriori*, depois que os trabalhos foram realizados, *post festum*. Como diz Foley (2005, p.36), “a venda real de mercadorias por dinheiro testa a validade de a expectativa de qualquer aplicação de trabalho particular ser de fato trabalho necessário e social”.

Trata-se, portanto, de um processo de tateamento social que, conforme o próprio Marx, envolve procedimentos complexos que tornam os valores meras aproximações fluando de forma irregular em torno de médias, as próprias médias variando por razões diversas. Diz Marx, por exemplo, que “o que determina o valor não é o tempo de trabalho incorporado aos produtos, mas aquele que é atualmente necessário” (1980, p.69), ou num dado momento. É que variam a produtividade do trabalho que produz mercadorias e que produz ouro ou prata

21 Numa tribo, por exemplo, são os trabalhos concretos de caça, pesca ou cozinha os importantes na divisão social do trabalho, tanto no que se refere à divisão de tarefas como dos produtos que delas resultam.

(1980, tomo I, p.70-71), assim, como valores e preços têm diferenças outras que a diferença entre valor real (tempo de trabalho) e valor nominal (em quantidade de dinheiro), concluindo que “o valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho não é mais que o seu valor médio” (1980, tomo I, p.71). Além disso, “o valor de mercado difere sempre desse valor médio” (1980, tomo I, p.72) e “a igualação do valor de mercado para chegar ao valor real obtém-se por oscilações constantes do valor de mercado e jamais pela sua igualação com o valor real com um terceiro dado, mas por contínua desigualdade ou como “negação do valor real” (1980, tomo I, p.72). Diz, ainda, em outra ocasião que

o preço da mercadoria se situa constantemente acima ou abaixo do valor dela e o próprio valor das mercadorias só existe no alto e no baixo dos seus preços. Demanda e oferta determinam constantemente os preços das mercadorias; eles não coincidem jamais ou somente fortuitamente; mas seus custos de produção determinam por seu lado as oscilações da demanda e da oferta. (Marx, 1980, tomo I, p.72)

Mas, para Marx, todas essas razões para variações e divergências entre preços e valores são típicas do capitalismo e ele não pode ser entendido sem elas. É isso que requer o aparecimento e desenvolvimento de uma forma externa à mercadoria, o dinheiro, para, representando o trabalho social, permitir o dito tateamento social onde os vários saltos perigosos são testados. Por isso é que argumenta que

quando se pressupõe cumpridas as condições nas quais o preço das mercadorias = seu valor de troca; coincidência entre oferta e demanda; da produção e do consumo; em última análise *produção proporcional* (relações de distribuição são elas próprias relações de produção), a questão do dinheiro torna-se de todo secundária, e em particular a questão de saber se se emitem *tickets*, se eles são azuis, verdes, em ferro branco ou de papel, ou ainda sob que forma se mantém a contabilidade da sociedade. (1980, p.88)

Tudo isso não pode ser visto, portanto, como um defeito da forma preço. Para Marx (1971, p.115), ao contrário, isso a torna adequada ao capitalismo, “onde a regra só se realiza por meio da irregularidade aparente”.

Sem o dinheiro, a forma do valor externa à mercadoria, o processo de validação social dos trabalhos não poderia se fazer no capitalismo, uma vez que ele se dá *post festum*. E esse caráter externo permite que haja divergências como as mencionadas anteriormente em termos de valores e preços e permite também, para Marx, que coisas que não têm valor possam ter preços. Num mundo capitalista, onde as relações sociais se expressam a partir de coisas, ou onde “os contatos sociais entre os produtores” processam-se “por intermédio dos seus produtos do trabalho” (Marx, 1971, p.81), ou onde se observam “relações sociais entre coisas” (1971, p.82) é justificável que tudo passe a ter preço. Nesse sentido, a forma preço esconde uma “contradição qualitativa” (1971, p.115).

Ao tratar desses preços sem contrapartida em valor, Marx fala em honra, por exemplo, mas também em coisas como o capital fictício, que é definido como preço sem valor ou sem lastro em valor-trabalho. A análise feita sobre o capital fictício permite destacar também a importância da questão quantitativa. Isso porque ele é justamente definido como um caso de autonomia da circulação relativamente à produção, parecendo dispensar a teoria do valor-trabalho como lei de funcionamento do capitalismo (Mollo, 2012). Ao analisar seu desenvolvimento, Marx mostra sua possibilidade, mas também os limites dessa autonomia da circulação com relação à produção. Esses limites tornam a autonomia apenas relativa e a crise, provocada pelo desenvolvimento do capital fictício, vem apenas mostrar a importância de limites quantitativos às divergências entre preços e valores, reafirmando a importância da lei do valor ou do seu caráter quantitativo.

Isso é assim porque, ao dividir socialmente o trabalho, o valor divide tarefas e produtos do trabalho, assim como a renda dos que irão adquiri-los. Isso implica que ainda que haja proporções irregulares e flutuantes dos preços relativamente aos valores e divergências como algo normal no capitalismo, tais divergências têm limites estabelecidos pelas crises. A crise, nesse sentido, mostra que, se não há “proporcionalidade” entre produção e circulação, a compatibilidade entre as mesmas, ainda que de forma remota e conflituosa, é condição para a manutenção do sistema. Preços sistematicamente acima dos valores em algumas mercadorias acabam compensados por valores acima dos preços em outras. Mas se tais divergências são sistemáticas e gerais, acabam interrompendo os processos de compra e venda e impedindo a realização dos lucros e o andamento do processo de reprodução do capital. Esse tipo de argumentação acaba por estabelecer, de forma negativa, a importância do aspecto quantitativo mesmo na abordagem que privilegia a forma social do valor.

Paula (2000), por exemplo, ressaltando a compatibilidade entre sua concepção e o sistema único temporal, enfatiza a importância dos argumentos sequenciais ligando preços, valores e preços, além de circulação, produção e circulação na concepção de Marx. Num primeiro momento os preços, tais como aparecem na circulação, balizam as condições de produção. Nesta, num segundo momento, os valores já criados se conservam e são criados valores novos e, no terceiro momento, de novo, os preços aparecem na circulação no momento da venda, validando (ou não) valores já criados. Mostra, nesse processo, a importância dos preços e dos valores, e da circulação e da produção como etapas de um mesmo processo social. Mesmo criticando a impropriedade de tratar em modelos de equilíbrio de determinação simultânea a transformação dos valores em preços, o autor reconhece aqui, de outra maneira, a importância da questão quantitativa, ao analisar as condições básicas de reprodução, que podem, segundo ele, “não se verificar ao menos temporariamente...”. Chama a atenção, porém, que “essas situações, se se repetirem, comprometerão a continuidade do processo”, o que, de forma negativa, acaba por mostrar a importância quantitativa na questão do valor.

Daí fazerem sentido também as análises de “desmedida do valor”, questionando a lógica do sistema ou antevendo a sua mudança (Prado, 2005; Borges Neto, 2010; Albuquerque, 2012). Como observa Marx (1974, p.287), “a produção capitalista procura sempre ultrapassar [...] limites imanentes, mas ultrapassa-os apenas com meios que de novo lhe opõem esses mesmos limites em escala mais potente”. A forma valor, expressando de maneira complexa conteúdos de trabalho social a partir de um terceiro, o dinheiro, admite defasagens preço-valor que parecem dispensar o valor como norma social. O crédito dá ainda maior flexibilidade, separando produção de circulação e realização do valor gerado. A ciência e a tecnologia ou o desenvolvimento das forças produtivas a partir delas tornam o trabalho direto criador de valor cada vez menos relevante (Albuquerque, 2012).

Prado (2005), ao analisar o que chama a “desmedida do valor”, e Borges Neto (2010), ao destacar a contradição entre a medida do valor e o seu desenvolvimento, em que o capital busca flexibilidade para funcionar melhor, mostram que o capital busca se desvencilhar dos limites que lhe são impostos pela lei do valor. Isso leva a crises que expõem a importância do valor como norma social no sistema capitalista.²²

Daí porque Marx, nos Grundrisse (1980, tomo II, p.194), deixa claro que “o capital é ele próprio a contradição em processo, no sentido de que ele se esforça para reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, embora de outro lado ponha o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”. Assim fazendo, o capital desenvolve as condições materiais para fazer implodir sua própria base ou implodir a produção “fundada sobre o valor” que é a produção capitalista.

A percepção da importância do lado quantitativo do valor, mesmo quando seu caráter social é bem entendido, dá razão a Sweezy (1985, p.24), para quem “o casamento das análises quantitativa e qualitativa constitui uma das maiores realizações de Marx”. Esse autor ainda acredita “que separando-as corre-se o risco de matá-las as duas, como ocorre quando se tenta separar dois gêmeos siameses”. Foi o que se passou, segundo Lipietz (1985), ao longo dos debates sobre o valor nos anos 1970, perdendo-se muito com isso. Do lado neorricardiano, a análise do valor quantitativo, sem atentar para o lado social, deu origem a uma teoria dos preços de produção sem passar pelos valores. Do lado francês, com os trabalhos de Benetti e Cartelier (1980), insistiu-se no processo de socialização, mas aban-

22 Aliás, esses limites são reconhecidos pelos autores mencionados. Prado (2005, p.14), por exemplo, diz que “essa desmedida provoca crises de regulação no modo de produção” e que “enquanto o modo de produção for capitalista, continuará sendo verdade que é o trabalho vivo que acrescenta valor novo aos meios de produção, e que é ele que transfere o valor desses meios de produção para o valor da mercadoria, conservando-o” (2005, p.42). Também Borges Neto observa que “há um descompasso crescente entre a produção de valores de uso e produção de valores”, ou seja, “o valor é cada vez mais incapaz de ser a medida dos valores de uso” (2010, p.171), mas também chega à crise, ao concluir que Marx, ao tratar disso, “aponta para uma inadequação crescente”, concluindo que “esse é um argumento poderoso para afirmar a existência de uma tendência a crises recorrentes e crescentes da economia capitalista e, portanto, uma tendência ao esgotamento do modo de produção capitalista” (2010, p.172).

donando o valor. Em todos os casos perdeu-se algo fundamental: a percepção e a análise da exploração com todo o seu potencial de crítica ao capitalismo, mas também o potencial crítico contido numa forma de relação social externa aos indivíduos, exterioridade que permite que o sistema funcione à revelia e contra eles.

Conclusões

Refletimos, ao longo deste artigo, sobre a teoria marxista do valor-trabalho a partir de duas importantes abordagens: a do trabalho incorporado e a da relação social. Vimos também que a primeira privilegia a análise quantitativa do valor, enquanto a segunda valoriza analiticamente a forma social do valor no capitalismo, seu papel de relação social.

Ao analisar tais abordagens nos posicionamos favoravelmente à teoria da forma do valor, por considerarmos que o objetivo de Marx e o que dá importância à sua análise do valor no capitalismo é o fato de que, em vez de se preocupar, como Ricardo, em meramente determinar o valor, Marx se indaga sobre o papel do valor como característica fundamental do capitalismo, diferentemente do que ocorria nos modos de produção anteriores.

Nesse sentido, por um lado, percebe a importância do valor na organização social do modo de produção, a necessidade do valor e do dinheiro para a inserção social dos indivíduos no capitalismo e, ao mesmo tempo, a complexidade da imposição da lei do valor. Ainda que, conforme mencionado na terceira seção, o valor quantitativo seja relevante, ele não é calculável *a priori*, seja do ponto de vista macroeconômico ou do ponto de vista microeconômico, porque as condições sociais médias só se apresentam quando as mercadorias se confrontam umas com as outras no mercado, ou, nas palavras de Marx, *post festum*, e não é possível determinar quantitativamente de forma prévia as condições sociais que se estabelecerão.

O fato, porém, de não ser possível calcular previamente os valores ou calculá-los na produção, não implica que eles sejam prescindíveis ou arbitrários, o que levaria a uma não teoria do valor ou colocaria abaixo toda a análise teórica da lei do valor enquanto norma de organização do capitalismo. Significa, isso sim, que, ao se questionar sobre o porquê do valor, Marx descobre a forma complexa como a lei se impõe, por vezes de forma simples e rotineira e por vezes por meio de crises. Assim fazendo, consegue justificar o papel do valor e do dinheiro no capitalismo, assim como sua importância para que os homens possam prover sua própria existência no capitalismo, bem como torna clara a importância específica que tem o trabalho para a relação social entre os homens nesse modo de produção.

A análise da importância quantitativa e qualitativa do valor na obra de Marx permite que a crítica radical ao capitalismo seja mais completa, apreendendo melhor tanto o processo de exploração quanto a forma inconsciente e alienada segundo a qual os homens se relacionam entre si no capitalismo.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, M. *Regulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
- ALBUQUERQUE, E. M. *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ARTHUR, C. Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic. In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. (eds.). *New Investigations of Marx's Method*. Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1997.
- BARAN, P. Some Theoretical Implications. *Monthly Review*. v.64, n.3, jul.-ago. 2012. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2012/07/01/some-theoretical-implications>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- BENETTI, C.; CARTELIER, J. *Marchands, Salariat et Capitalistes*. Paris: François Maspero, 1980.
- BORGES NETO, J. Valor e esgotamento do capitalismo nos Grundrisse, In: PAULA, J. A. de (org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. O Sistema Único Temporal: uma nova abordagem da transformação dos valores em preços de produção. *Revista ANPEC*, n.3, 1998.
- BRUNHOFF, S. de. *Les rapports d'argent*. Paris: Maspero, 1979.
- BRUNHOFF, S. de; BRUINI, P. *La politique monétaire: un essai d'interprétation marxiste*. Paris: PUF, 1974.
- DOBB, M. *Economia Política e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1978.
- DUMÊNIL, G. *De la valeur aux prix de production*. Paris: Economica, 1980.
- _____. Beyond the Transformation Riddle: A labor Theory of Value. *Science and Society*, 47 (4), p.427-450, 1983.
- FINE, B. Labour Theory of Value. In: FINE, B.; SAAD-FILHO, A. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2012.
- FINE, B.; SAAD-FILHO, A. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2012.
- FOLEY, D. The Value of Money, the Value of Labor Power, and the Marxian Transformation Problem. *Review of Radical Political Economics*, 14 (2), 1982, p.37-47.
- _____. Recent Developments in the Labor Theory of Value. *Review of Radical Political Economics*. v.32, 1, 2000, p.1-39.
- _____. Marx's Theory of Money in Historical Perspective. In: MOSELEY, F. (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. London; New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- FREEMAN, A. Marx without Equilibrium, MPRA – *Munich Personal RePEc Archive*, jul. 1995.
- FREEMAN, A.; CARCHEDI, G. (orgs.). *Marx and Non-Equilibrium Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 1996.
- GOUVERNEUR, J. Le travail "productif" en régime capitaliste. *Working-Paper de l'Institut des Sciences Economiques*, Université Catholique de Louvain, n.7503, 1975.
- _____. *Eléments d'économie politique marxiste*. Brusselle: Contradictions, 1980.
- ITOH, M.; LAPAVITSAS, C. *Political Economy of Money and Finance*. Houndmills; Basingstoke; Hampshire; London/New York; Macmillan Press/St.Martin Press, 1999.
- KNAFO, S. Value-form approach. In: FINE, B.; SAAD-FILHO, A. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2012.

- LIPIETZ, A. Le débat sur la valeur: bilan partiel et perspectives partiales. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.). *Um échiquier centenaire: théorie de la valeur et formation des prix*. Paris/Québec: La Découverte/Presses Universitaires du Québec, 1985.
- MARX, K. *O capital*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *O Capital*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *Manuscripts de 1857-1858 ("Grundrisse" Tomo I e II)*. Paris: Editions Sociales, 1980.
- MEEK, R. L. *Studies in Labour Theory of Value*. London: Lawrence & Wishart, 1973.
- MOLLO, M. de L. R. A relação entre moeda e valor em Marx. *Revista de Economia Política*, v.11, n.2, abr.-jun. 1991, p.40-59.
- _____. Ricardo e Marx sobre o valor e a moeda, em SILVA, M. L. F. (org.). *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: Editora UnB, 1992.
- _____. Valor e moeda em Marx: crítica da crítica. *Revista de Economia Política*. v.13, n.3, jul.-set. 1993, p.54-68.
- _____. Capital fictício, autonomia produção: circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual, *Economia*, Anpec, v.12, n.3, set.-dez. 2012.
- MURRAY, P. Marx's "Truly Social" Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory. *Historical Materialism*, n.6, summer, 2000. p.27-65.
- PAULA, J. A. de. A "introdução" dos Grundrisse. In: *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. A dialética valores e preços, *Revista de Economia Política*, v.20, n.4 (80), out.-dez. 2000.
- POSTONE, M. *Time, Labour and Social Domination*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.
- REUTEN, G. The Difficult Labor of a Theory of Social Value: Metaphors and Systematic Dialectics at the Beginning of Marx's Capital. In: MOSELEY, F. (ed.). *Marx's Method in Capital: A Reexamination*. New Jersey: Humanities Press, 1993.
- RUBIN, I. I. Abstract Labour and Value in Marx's System. *Capital & Class*, 5, 1978, p.107-140.
- _____. *Essais sur la théorie de la valeur de Marx*. Paris: Maspero, 1979.
- SAAD-FILHO, A. *The Value of Marx*. New York: Routledge, 2002.
- SHAIKH, A. La teoría del valor de Marx y el problema de la transformación. *Investigación Económica*, abr.-jun. 1978, n.144, v.37.
- SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Coleção "Os Economistas".
- SWEEZY, P. La théorie marxienne de la valeur. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.). *Um échiquier centenaire: théorie de la valeur et formation des prix*. Paris/Québec: La Découverte/Presses Universitaires du Québec, 1985.
- _____. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VALIER, J. *Une critique de l'économie politique*. Paris, Maspero, 1982.
- VROEY, M. de. La théorie marxiste de la valeur, version travail abstrait. Un bilan critique. In: DOSTALER, G.; LAGUEUX, M. (eds.). *Un échiquier centenaire: théorie de la valeur et formation des prix*. Paris/Québec: La Découverte/Presses Universitaires du Québec, 1985.

A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO

Resumo: O artigo analisa a teoria do valor-trabalho de Marx conforme suas duas grandes abordagens: a tradicional, dita do trabalho incorporado, e a da forma do valor, que explora o caráter de relação social que o valor e o dinheiro têm no capitalismo. Discute, num primeiro momento, os principais desacordos entre as duas abordagens, ou as duas interpretações do valor, chamando atenção para o privilégio do valor quantitativo, no primeiro caso, e do qualitativo, no segundo, e toma partido deste último. Em seguida, porém, mostra a importância do aspecto quantitativo do valor mesmo na teoria do valor como forma social.

Palavras-chave: teoria do valor-trabalho, valor quantitativo, forma social do valor.

Abstract: The article analyses the labor-value theory of Marx in its two main approaches: the traditional one, of the embodied labor, and the one of the value form, that explores the social relation character of value and money in capitalism. First, the article discusses the main disagreements between the two approaches, or the two different interpretations of value, calling attention on the privilege of quantitative value in the first vision and of qualitative aspects of value emphasized by the second, agreeing with this last vision. After, however, the article shows the importance of the quantitative aspect, even in the value form theory.

Keywords: labor-value theory, quantitative value, social form value.

A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx

FRANCISCO PAULO CIPOLLA

Resumo: Este artigo traça a evolução do pensamento de Marx – e de forma auxiliar, o de Engels – sobre a crise econômica. A principal contribuição aqui apresentada consiste na demonstração de que o conceito de superprodução evolui de uma visão de crise causada pela deficiência da demanda de meios de consumo para uma visão de crise causada pelo excesso de demanda de capital produtivo. O artigo também propõe uma integração orgânica da fase especulativa do ciclo como parte da teoria da crise tendo em conta as reiteradas observações de Marx a respeito da especulação como fase que precede toda crise e que é erroneamente interpretada como sua causa.

Crítica Marxista, n.37 • 215